



APAGAR E ESQUECER

Rios e paisagens como memória cultural de Fortaleza, Brasil

ERASE AND FORGET

Rivers and landscapes as cultural memory of Fortaleza, Brazil

André Araújo Almeida

*Universidade de Fortaleza, Ceará; e Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil;
bolsista CAPES PROEX (modalidade II) e CAPES Print;
andrearaujoalmeida@unifor.br; andrearaujo.almeida@mackenzista.com.br*

Angélica Tanus Benatti Alvim

*Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil;
Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq 1D; angelica.alvim@mackenzie.br*

ABSTRACT

Os territórios vêm sendo gradativamente alterados durante os processos que caracterizam o desenvolvimento urbano brasileiro. Preocupa-nos, em especial, as margens de recursos hídricos, pois estes têm sofrido grandes agressões a ponto de muitas vezes não serem reconhecidos como parte da cidade. Apagados da paisagem, perdem-se também no imaginário coletivo. Sendo assim, o presente trabalho pretende refletir sobre processos que alteram significativamente os territórios urbanos e colocam em risco o equilíbrio ambiental e cultural que tanto dão significado à existência das cidades. A pesquisa observa a cidade de Fortaleza, Brasil, analisando um aspecto de sua evolução, a presença dos cursos d'água, partindo-se da cartografia de 1945 comparando-a com fotos de satélite atuais. A análise permitiu a reflexão acerca da forma como os rios e riachos são considerados na lógica de desenvolvimento urbano das últimas décadas, tecendo observações acerca do risco de apagamento, da memória coletiva local, dos recursos hídricos.

Palavras-chave: evolução urbana, estudos territoriais, cursos-d'água, Fortaleza.

Linha de investigação: 2. Cidade e Ambiente. **Tema:** Patrimônio e paisagem cultural.

ABSTRACT

Territories have been gradually altered during the processes that characterize Brazilian urban development. We are especially concerned about bodies of water that commonly suffers constant aggressions overtime in order to be erased and not recognized as part of the city. Removed from the landscape, they are also lost in collective memories. Therefore, the present work aims to reflect about urban processes that significantly alter cities and endanger the environmental and cultural balance that gives so much meaning to the existence of cities themselves. The research focus on the city of Fortaleza, Brazil, analysing one of the aspects of its urban evolution: the presence of watercourses, from 1945 cartography, correlating it with current satellite photos. The analysis shows the way in which rivers and creeks are considered in the thinking logic of development in recent decades, making observations about the risk of erasing the city's water resources from the local collective memory.

Keywords: urban evolution, territorial studies, watercourses, Fortaleza.

Thematic clusters: 2. City and Environment. **Topic:** Heritage and cultural landscape.

Introdução

Cada território possui identidade própria, derivada de processos únicos sobre o ambiente natural, resultando em usos muitas vezes respeitosos com o ambiente (Sabaté, 2016:29). Contudo, no contexto brasileiro, os territórios locais têm sido gradativamente alterados pelo desenvolvimento urbano predatório das últimas décadas. Destacamos, em especial, as agressões aos recursos hídricos, raramente reconhecidos no Brasil como partes da cidade. Excluídos da paisagem, perdem-se também no imaginário coletivo. O que chamamos de “urbanismo predatório”, que promove, entre outras coisas, a invisibilidade dos rios, tem conseqüências não apenas em suas margens; desconstroem as singularidades pré-existentes nesses territórios.

Buscamos assim evidenciar tais “apagamentos”, contrários à construção coletiva da cidade, as agressões à natureza e às comunidades costeiras e ribeirinhas recorrendo a diferentes registros gráficos. Almejamos, através da observação da cartografia e da iconografia, uma aproximação sensível da questão, evidenciando os resultados da ocupação dos territórios analisados. O presente trabalho tem então como objetivo refletir sobre os processos de expansão urbana que alteram significativamente as cidades, colocando em risco a água como memória cultural de territórios locais, dando significado à existência e à sustentabilidade das próprias cidades. Analisando a cidade de Fortaleza, essa pesquisa observa a ocupação do seu território e de seus recursos hídricos e o processo de apagamento de alguns rios e dos assentamentos a eles relacionados.

Por meio de pesquisa bibliográfica apresentamos uma síntese histórica da cidade, priorizando obras que disponibilizam sua cartografia histórica (Freire, 1979; Andrade, 2012) e interpretações de autores locais (Ponte, 1993; Jucá, 2000). Para a análise cartográfica, optou-se pelo mapa de 1945 realizado pelo Serviço Geográfico do Exército (Brasil, 1945), digitalizado em alta definição e disponível na Biblioteca do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, com posterior comparação com imagens recentes de satélite, disponibilizadas pelo *software* livre *Google Earth*. Foram selecionadas três áreas: duas delas na Vertente Marítima da cidade, por contemplarem cursos d’água de relevância histórica (Riachos Pajeú, Jacarecanga, Maceió e Papicu); e uma na maior bacia hidrográfica da cidade (Rio Cocó), na região sudeste do município, área de expansão metropolitana de Fortaleza (Pequeno, 2009).

Por meio de análise empírica observamos que a água em Fortaleza não é vista como elemento histórico-cultural relevante para os territórios locais. Chama atenção o fato de que até hoje os riachos centrais (Pajeú e Jacarecanga) não receberam intervenções de proteção nem de incorporação à paisagem urbanizada. O caso do Riacho Maceió, ao contrário, demonstra uma lógica de intervenção alinhada a interesses de cunho político/econômico nas urbanizações de trechos de riachos em áreas à beira-mar alinhada, sendo o restante do seu leito e de sua população ignorados pelos agentes de poder. Lógica semelhante se observa na terceira área de estudo marcada por intervenções rodoviaristas da década de 1970 que removem comunidades consolidadas (como a Vila das Cajazeiras) e posteriormente pela expansão privatista que desconsidera a população local e os recursos hídricos ali presentes. O presente artigo traz assim uma contribuição às discussões sobre os impactos que os processos de consolidação urbana, ainda em curso no Brasil, têm sobre áreas de fragilidade ambiental e cultural que encerram singularidades constantemente em risco diante do urbanismo que agride, degrada e apaga.

1. A presença dos rios na história urbana de Fortaleza

Iniciamos com reflexões acerca dos conflitos que caracterizam a lógica de ocupação das cidades brasileiras e com uma breve apresentação do desenvolvimento urbano de Fortaleza, capital do estado do Ceará, Brasil. Destacamos a lógica urbana que resulta nos impactos e na desvalorização dos recursos hídricos e suas margens, promovendo a segregação e a exclusão sócio-espacial.

Tem sido objeto de investigações a questão das formas desiguais de ocupação das cidades brasileiras, desde seu surgimento como modelo civilizatório europeu até as intervenções nas metrópoles modernas e contemporâneas. Tais desigualdades exprimem os poderes que articulam os modos formais e informais de apropriação do espaço, cada uma com identidade própria. “No momento em que [as sucessivas sociedades]

a habitam e modificam, não têm consciência de que estão gerando uma paisagem peculiar. Menos ainda de que são partícipes na construção de uma complexa identidade.” [acréscimo e tradução nossa] (Medina, 2016:111). Entendemos, assim, que os territórios urbanos registram processos históricos únicos, “o esforço durante séculos de seus habitantes, a conjunção de condições naturais singulares e usos respeitosos com o território” [tradução nossa] (Sabaté, 2016:29). Tais processos são marcados por conflitos dos mais diversos tipos, os quais deixam marcas nos territórios, entendidos como um “sistema de relações [que] produz modificações no suporte geográfico e gera uma paisagem particular como resultado.” (Raffestin¹, 2005 *apud* Medina, 2016:106).

No continente americano, os conflitos “civilizatórios” eram compreendidos, até a segunda metade do século passado, segundo uma visão eurocêntrica. O contexto religioso e político do Mercantilismo dos séculos XV e XVI, o pioneirismo Ibérico, as expansões marítimas e as “descobertas” de novas terras justificavam sua invasão e ocupação. A partir das décadas de 1960/1970, algumas linhas de pensamento crítico alinharam-se culminando no chamado “giro decolonial”, termo utilizado primeiramente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 (Ballestrin, 2013: 105). A decolonialidade inverte essa compreensão histórica, colocando-a como processos de exploração e de etnocídio marcados pela dominação de corpos e mentes através da violência, do trabalho forçado e escravo e da catequização indígena. Com relação à temática da identidade territorial, “durante os anos do colonialismo, foi freqüente o fato das potências invasoras tratarem de recriar as paisagens de seus lugares de origem, o que cumpria uma dupla-função: por um lado fazia com que os agentes coloniais se sentissem ‘em casa’, mas também se impunham sobre a população local, não apenas em um regime de opressão e violência, mas também com uma cultura que se considerava superior” [tradução nossa]. (Reboratti, 2016:61).

Processos semelhantes persistem nos dias de hoje, mas sob outros discursos e formatos. O conflito de classes se mantém em uma estrutura social onde a “classe dominante” do ponto de vista político, econômico e cultural é hegemônica no atendimento aos seus interesses e necessidades. Isso se dá em detrimento da maioria demográfica, considerada “minorias” que, além das precariedades e violências a que são submetidas, são culturalmente cooptadas nos discursos do consumo, na propaganda política e no *marketing* urbano. São trazidas a uma imersão alienante, mascarando a realidade da desvalorização a que são submetidas. O discurso histórico eurocêntrico é um exemplo dessa violência simbólico-cultural, onde a erudita história dita “oficial” desvaloriza a história oral, as situações e os sujeitos (Ponte, 1993).

A segregação sócio-espacial brasileira é parte desse processo, onde parcelas dos territórios, produzidos como expressão popular da prática arquitetônica e urbanística, são desvalorizados por se pautarem nos saberes e não no conhecimento técnico; e por isso estigmatizados como espaços de negação da civilidade. Desvaloriza-se também os espaços naturais, idealizados pela “modernidade” como lugar a serem vencidos pela lógica tecnicista (Magnaghi, 1998). É nesse contexto em que se encontra a cidade Fortaleza.

A presença européia no território de Fortaleza remonta ao século XV, a partir de registros do navegador espanhol Vicente Pinzón, mas a ocupação se dá efetivamente a partir do século XVII, por fortificações litorâneas tanto portuguesas como holandesas, bem como a presença religiosa nos locais de aldeamentos indígenas. Todos têm em comum o acesso à água potável nos rios (Ceará), riachos (Pajeú) e lagoas (Messejana e Parangaba). Com a sua elevação à categoria de vila da Fortaleza e posteriormente a sua constituição como capital da Província do Ceará no século XVIII, elaboraram-se as primeiras plantas da cidade, categoria alcançada em 1823.

Em Fortaleza há grande acervo gráfico no Arquivo Histórico do Município, no Instituto do Ceará e em alguns acervos e bibliotecas públicas e privadas. A mais antiga obra iconográfica da Fortaleza Colonial (Fig. 01) é a “planta” de Manuel Francês (*apud* Freire, 1979:14). Mesmo sem o rigor técnico das cartografias da época, ela nos ajuda a observar alguns aspectos simbólicos e representativos da primeira ocupação, como a presença do Riacho Pajeú, a tipologia das edificações, a densidade do assentamento, a distribuição das edificações, e os poderes instituídos. Aqui a presença da água é claramente valorizada como elemento a se registrar.

¹ RAFFESTIN, C. (2005). Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio. Elementi per una teoria del paesaggio. Firenze: AlineEd.

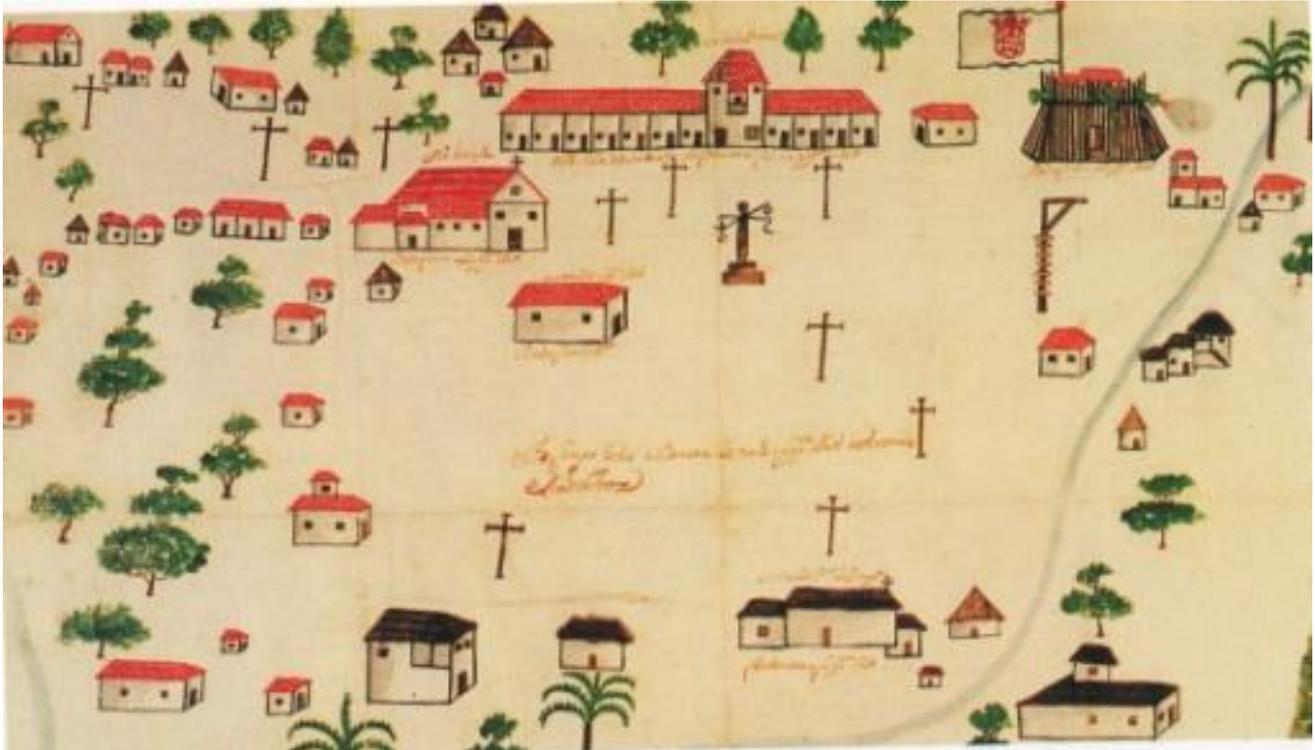
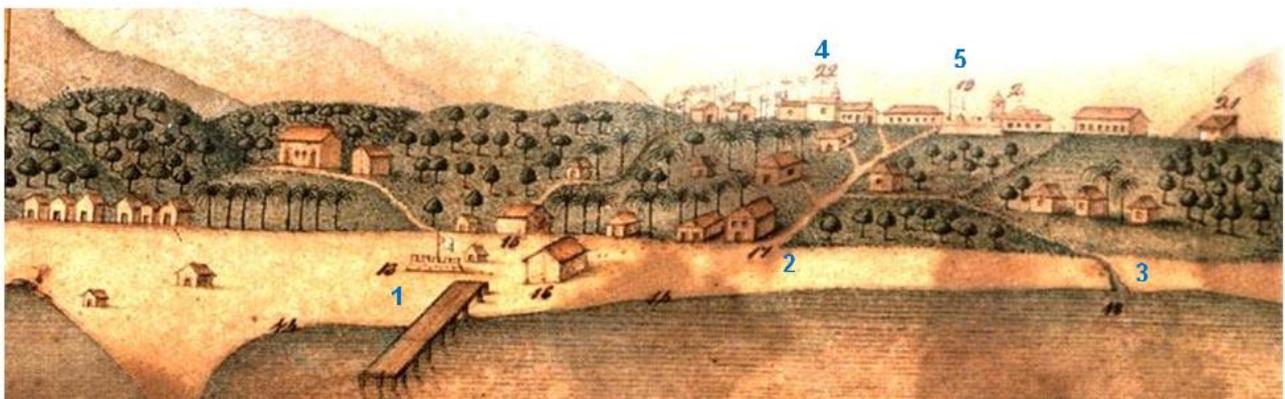


Fig. 01 Primeira planta de Fortaleza (1726). Fonte: Primeira Planta da Vila de Nossa Senhora da Assunção do Siará Grande do Capitão-Mor Manuel Francês de 1726 / Museu da Imagem e do Som, Fortaleza (Reis Filho, 2000 apud MAUC, 2001)

Destacamos também o prospecto de Marques Giraldes (Fig. 02), onde se identificam alguns dos mais antigos elementos urbanos presentes até hoje: (1) o trapiche da Praia do Peixe, hoje Ponte Metálica e Praia de Iracema; (2) a rua da praia, atual Avenida Alberto Nepomuceno, acesso à vila; (4) igreja Matriz de São José e (5) Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, que dá nome à cidade. Identificamos ainda (3) a foz do Riacho Pajeú desembocando no mar a oeste da rua da praia, na mesma localização identificada em 1888 (Fig. 03)

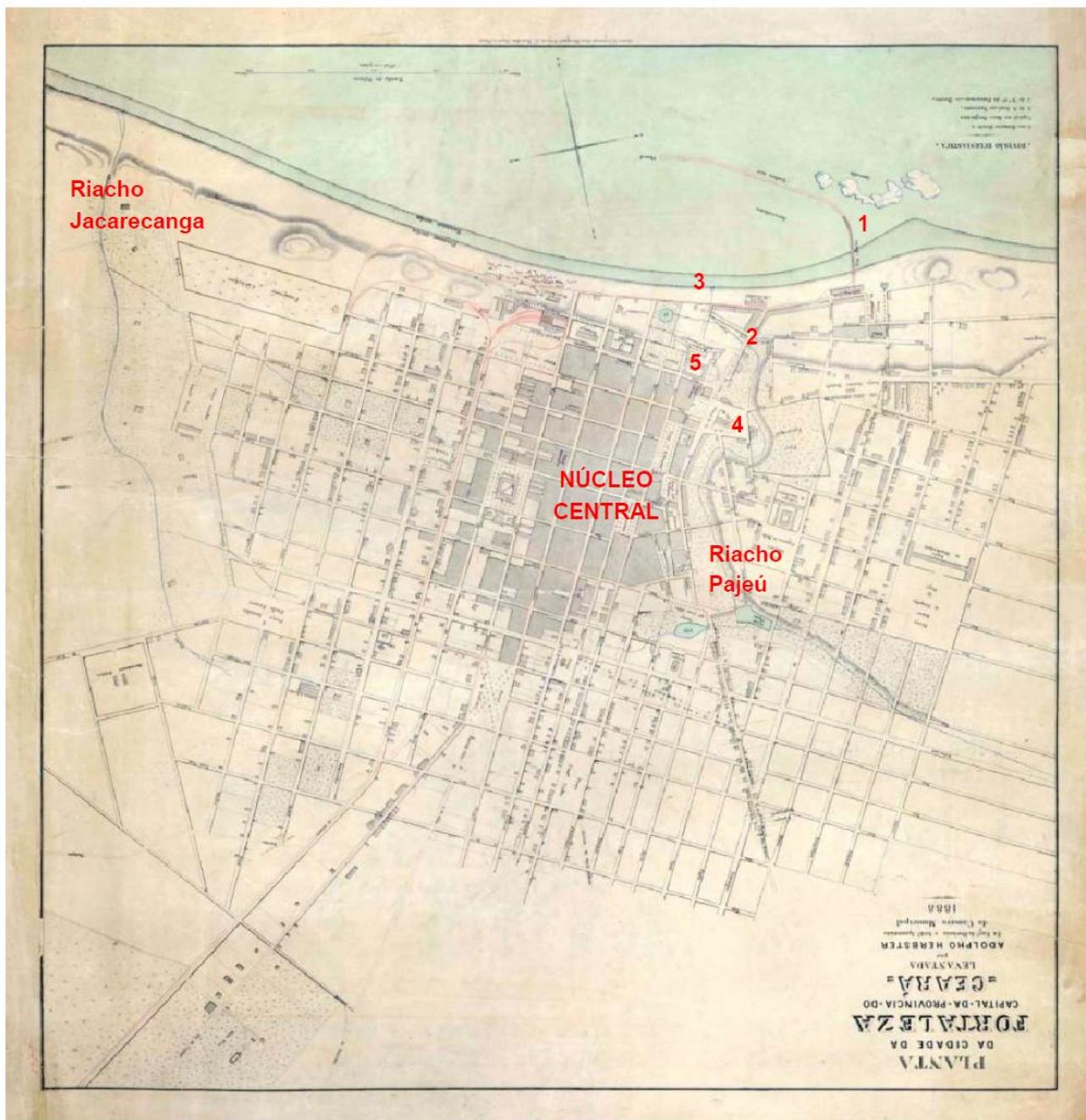


1 Trapiche da Praia do Peixe 2 Subida para a Vila do Forte 3 Barra do Pajeú 4 Igreja Matriz 5 Forte do Ceará

Fig. 02 Trecho de registro iconográfico de Fortaleza (1810). Fonte: Prospecto do Plano aproximado da enseada da villa da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção (a que vulgarmente se chama Porto do Ceará) Tirado pelo Capitão de Fragata Francisco Antonio Marques Giraldes em Setembro de 1810 indo de passagem para o Rio de Janeiro. Papel canson, telado, 35 cm x 24 cm / Arquivo Histórico do Exército - Brasil (AHEx). Rio de Janeiro (Reis Filho, 2000:134-135 apud Andrade, 2012:39). Editado pelo autor.

O Plano Urbanístico de 1888 (Fig. 03) é de autoria do engenheiro pernambucano Adolfo Herbster. Para além do rigor técnico e da precisão das informações, Herbster é reconhecido por definir o traçado xadrez que caracteriza o Centro de Fortaleza, dando continuidade à ortogonalidade pombalina das ruas e travessas do plano anterior de Silva Paulet do início do século XIX. Herbster introduz três *boulevares* (hoje avenidas)

demarcando a área de expansão a leste, sul e oeste: Boulevard Dom Manuel, Duque de Caxias e do Imperador respectivamente. Durante as décadas seguintes se vê grande desenvolvimento da cidade, que ocorre de maneira “concentrada (Almeida, 2015) e é caracterizado pelo embelezamento típico da *Belle-Époque* (Ponte, 1993) e pela consolidação da cidade como pólo econômico do Ceará, resultado dos investimentos no porto, em ferrovias (Jucá, 2000). Essa “modernização” esconde os contrastes entre o “aformoseamento” da cidade burguesa e a precariedade das áreas populares, cujo crescimento é consequência da exclusão fundiária e do fenômeno das secas no Ceará.



1 Trapiche da Praia do Peixe 2 Subida para a Vila do Forte 3 Barra do Pajeú 4 Igreja Matriz 5 Forte do Ceará

Fig. 03 Planta A. Herbster (1888) – com norte invertido. Fonte: Planta da cidade da Fortaleza / capital da província do Ceará / levantada por Adolpho Herbster Ex Engº da Província e Archº Apozentado / da Camara Municipal / 1888 (Castro, 1994:72). Editado pelo autor.

As décadas de 1930 e 1940 marcam a transição para o modelo “centro-periferia” (Ponte, 1993; Jucá, 2000; Almeida, 2015), caracterizado por loteamentos formais e por assentamentos informais (Fig. 04) com expansão radial da área territorial da cidade a partir do seu núcleo central, com maior intensidade no sentido sudoeste.

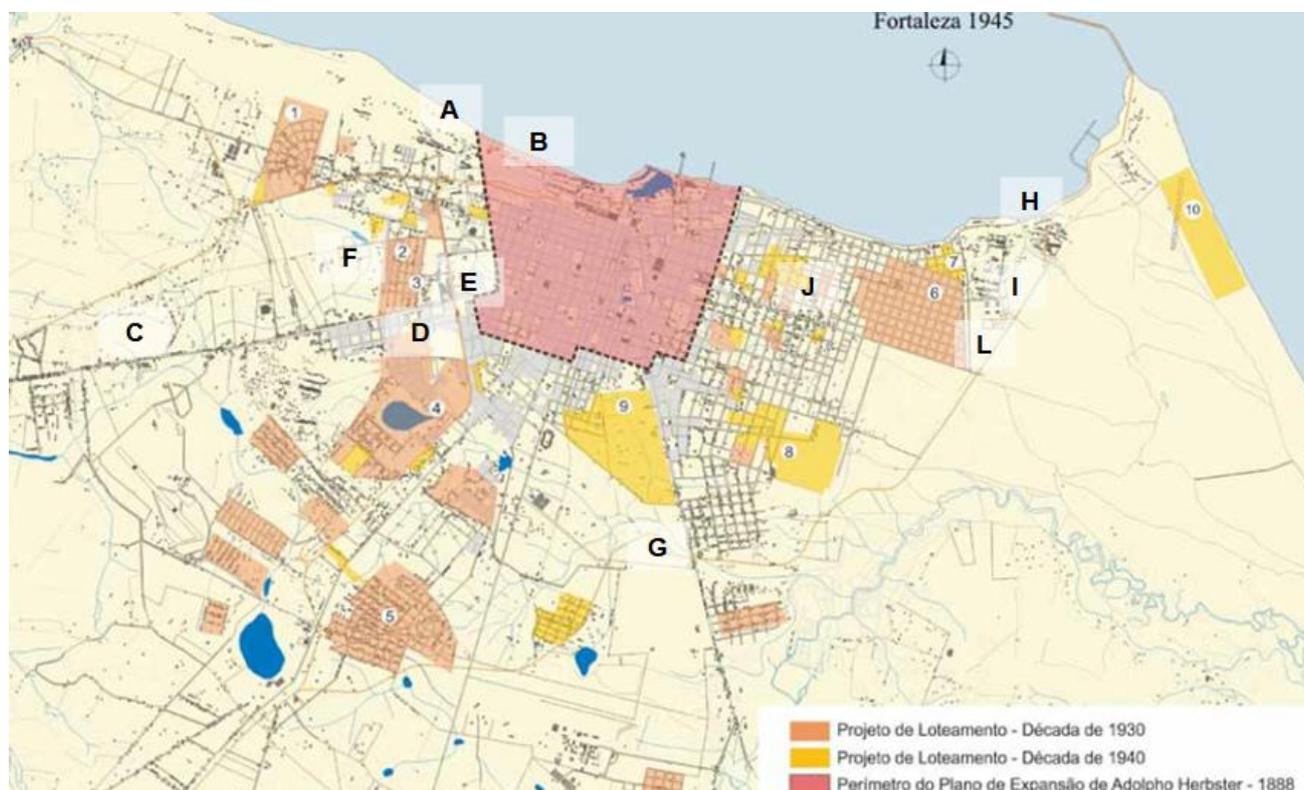


Fig. 04 Mapa da expansão urbana de Fortaleza na primeira metade do século XX, a partir de registros de loteamentos. Fonte: Mapa produzido por Margarida Andrade sobre planta de Fortaleza de 1945 (Andrade, 2012:258). Editado pelo autor segundo Almeida, 2015:87

Em mapa com dados do mesmo período (Almeida, 2015:87) identificamos os assentamentos informais localizados na orla marítima: Pirambu (A), Moura Brasil (B) e Mucuripe (H), bem como aqueles às margens de outros recursos hídricos, tais como Riacho Alagadiço (C - Barro Vermelho), Jacarecanga (D - Otávio Bomfim e E- Morro do Ouro), Tauape (G - Lagamar), Córrego e Corrente (I - Varjota); e do Açude João Lopes (F - Cercado do Zé do Padre). Os assentamentos informais que não se encontram à margem de recursos hídricos são apenas aqueles mais recentes, fruto da expansão da malha urbana na direção leste a partir do Núcleo Central: Campo do América (J) e Trilho (L). Entendemos que as ocupações informais estão preferencialmente em frentes-d’água por oferecerem condições favoráveis à subsistência imediata daquela população: acesso à água potável e à pesca por meio do acesso ao mar e aos rios e riachos da cidade.

2. Fortaleza hoje: onde estão os Rios?

Compreendemos a presença da água nos ambientes urbanos como um elemento fundamental para os ecossistemas, mas também como integrador da sociedade. Do ponto de vista econômico² e simbólico-cultural, rios, riachos, lagoas e lagos precisam ser tratados responsavelmente nos processos de expansão urbana. Utilizamos como caminho metodológico, a observação de em duas partes. Na primeira, abordamos brevemente a importância dos registros cartográficos e iconográficos como base metodológica de análise

² Compreendido a partir de sua etimologia clássica (do grego: *ekos* / ambiente + *nomos* / cuidar, organizar), ou seja, as atividades humanas que cuidam do ambiente e de seus recursos de forma a se garantir a sobrevivência humana.

urbana. Posteriormente, confrontamos a cartografia de 1945 de Fortaleza com as imagens de satélite atuais, de forma a caracterizar a maneira como as intervenções urbanas impactam os territórios ribeirinhos. Deu-se preferência por imagens (disponibilizadas pelo *software* livre *Google Earth*) sem sobreposição de mapas e outros elementos gráficos comumente utilizados nos SIG – Sistemas de Informação Geográfica) de forma a se melhor observar a mancha urbana e os elementos naturais visíveis. A partir do mapeamento de 1945 (Fig. 05) identificamos, por sobreposição digital e ajuste de escala, os cursos d'água como se encontravam há 78 anos (Fig. 07, 12 e 16). Seleccionamos três áreas de estudo (Fig. 06) nas duas principais bacias hidrográficas da cidade. Refletiremos sobre essa amostragem e os processos que os levaram à condição atual.

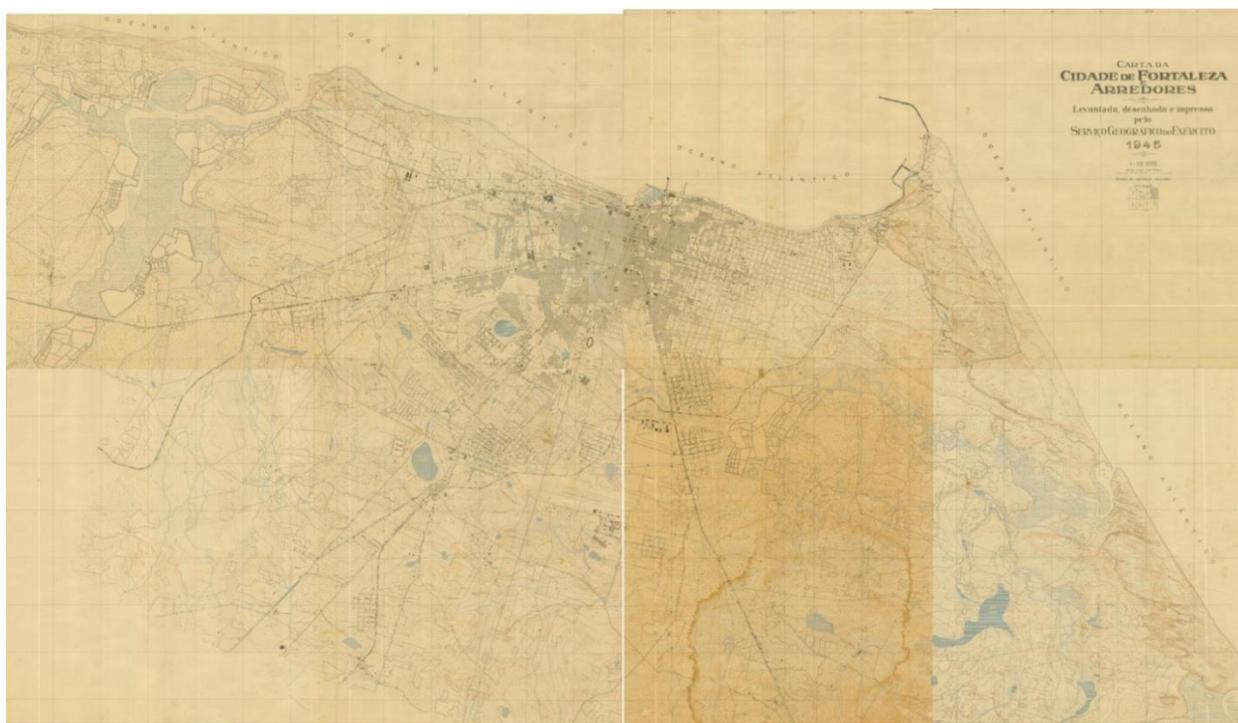
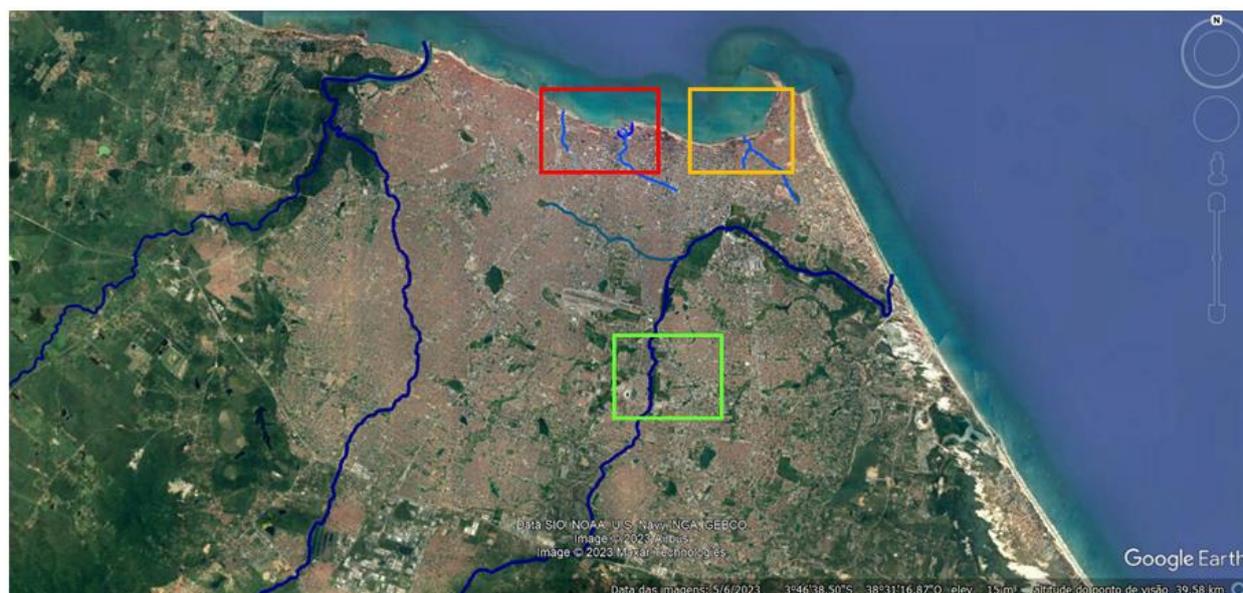


Fig. 05 Ilustração da Carta da Cidade de Fortaleza e Arredores em 1945. Fonte: Serviço Geográfico do Exército. Fortaleza: 1945. 1 mapa, color. Escala 1:10.000. Reprodução digital JPG.



ÁREA DE ESTUDO 1 ÁREA DE ESTUDO 2 ÁREA DE ESTUDO 3

Fig. 06 Principais recursos hídricos e áreas de estudo. Fonte: Google Earth, 2023, editada pelo autor (maio.2023).

A ÁREA DE ESTUDO 1 (Centro) tem grande importância histórica para Fortaleza. Os dois riachos que cortam o Centro (Pajeú e Jacarecanga) tiveram importante papel na concentração espacial da cidade (Fig. 03). Herbster propôs poucos arruamentos e quadras na direção leste e na expansão oeste (Andrade, 2012) e para as margens dos riachos não previu intervenções; apenas poucas vias de cruzamento, deixando essas áreas ao natural, com pouca aproximação das edificações, principalmente no Jacarecanga. Cerca de sessenta anos depois (Fig. 07), registra-se a presença de vias, quadras e edificações próximas aos dois riachos, com maior intensidade nas margens do Pajeú, pela intensificação do uso residencial e comercial no Centro, e das atividades portuárias na região da Praia de Iracema.

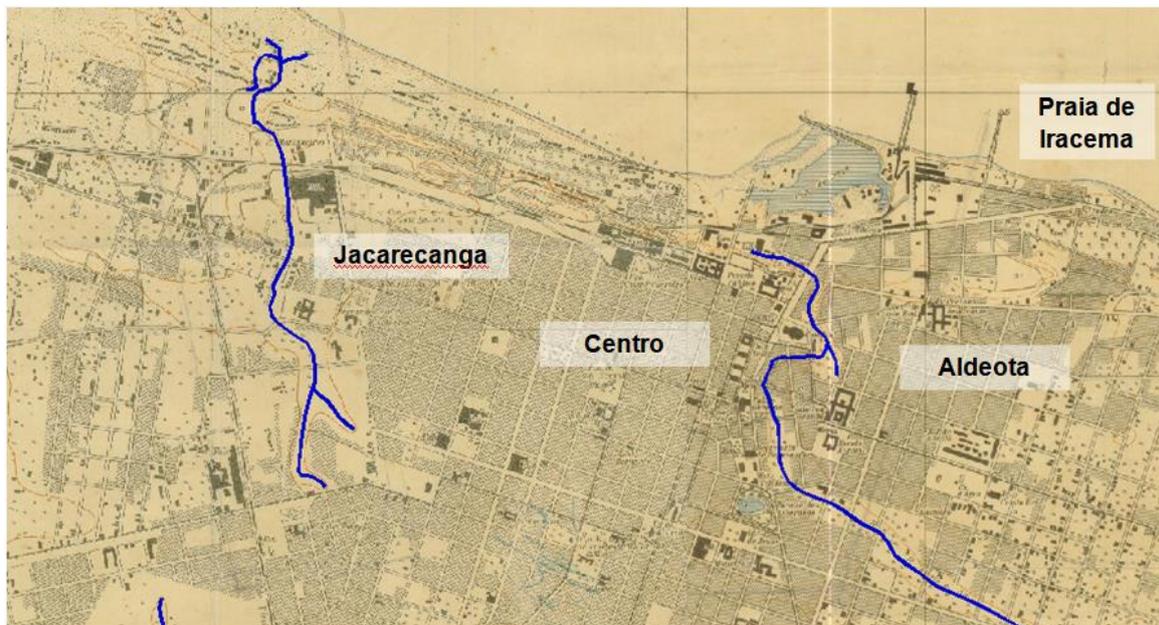


Fig. 07 Centro de Fortaleza (1945) – principais recursos hídricos identificados. Fonte: Serviço Geográfico do Exército. Fortaleza: 1945. 1 mapa, color. Escala 1:10.000. Reprodução digital JPG; editada pelo autor (maio.2023).

Em foto de satélite de 2020 (Fig. 08) marcamos as nascentes e o leito principal do Jacarecanga (a oeste) e do Pajeú (a leste), mesmo que não mais vistos por estarem canalizados sob vias e edificações. Os rios “desaparecem” onde há mais intensidade na ocupação do solo, como na Foz do Riacho Pajeú ou nas áreas de comércio atacadista. Parte do Pajeú foi sobreposto por canais ou em quintais, não mais compondo a paisagem da cidade, salvo em raros momentos em que se encontra em áreas públicas, como no Paço Municipal (sede da Prefeitura) ou no Parque Pajeú (fig. 09) margeado à leste pela Avenida Dom Manuel.



Fig. 08 Centro de Fortaleza (03 jul.2020) – Principais recursos hídricos. Fonte: Google Earth, 2020, editada pelo autor (maio.2023).



Fig. 09 Trecho do Riacho Pajeú – Parque Pajeú (03 jul.2020). Fonte: Google Earth, 2020.

Quanto à desembocadura do Pajeú, a legislação³ não a reconhece como área de preservação permanente; a Zona de Preservação Ambiental não foi demarcada na sua foz (Fig. 10), mas no Poço da Draga, a leste do riacho, divergindo dos registros iconográficos (1810) e cartográficos (1888). Essa região de mangue é resultado do acúmulo de água do mar ocasionado pelo enrocamento do antigo porto (Almeida, 2015; Teixeira, 2017) alimentado pela rede de drenagem.



Fig. 10 Orla central de Fortaleza (03 jul.2020) – Riacho Pajeú canalizado. Fonte: Google Earth, 2020, editada pelo autor (maio.2023).

As condições atuais do Jacarecanga também são dramáticas. Ao longo das décadas, sem tratamento urbanístico-paisagístico, o riacho sofreu com o aterramento. Encontra-se hoje sob edificações residenciais,

³ Lei nº 062/2009 – Plano Diretor Participativo; e Lei nº 236/2017 - Parcelamento, Uso e Ocupação de Solo.

comerciais e industriais, em canais de drenagem, onde também se despeja esgoto. Onde ainda encontra-se a céu aberto, está canalizado (Fig. 11), com as margens ocupadas ou impermeabilizadas e seu leito poluído.



Fig. 11 Trecho do Riacho Jacarecanga (03 jul.2020). Fonte: Google Earth, 2020.

A ÁREA DE ESTUDO 2 (Mucuripe), distando 4,5Km a leste do Pajeú (Fig. 06), é conhecida pelos europeus desde o século XV e há registros da comunidade pesqueira pelo menos desde o século XIX (Almeida, *et. al.*, 2021). A enseada do Mucuripe é marcado pela presença do Riacho Maceió (originalmente Córrego), alimentado pelo Riacho Papicu (Corrente). No mapa de 1945 (Fig. 12) percebemos presença dos córregos nos seus nomes originais, com o Riacho Corrente margeando o sopé das Dunas. A presença de pescadores é identificada pelo assentamento espontâneo na foz, em contraste com o arruamento geométrico. À leste da foz percebemos o ramal ferroviário Parangaba – Mucuripe, em instalação à época (Almeida, *et. al.*, 2021).

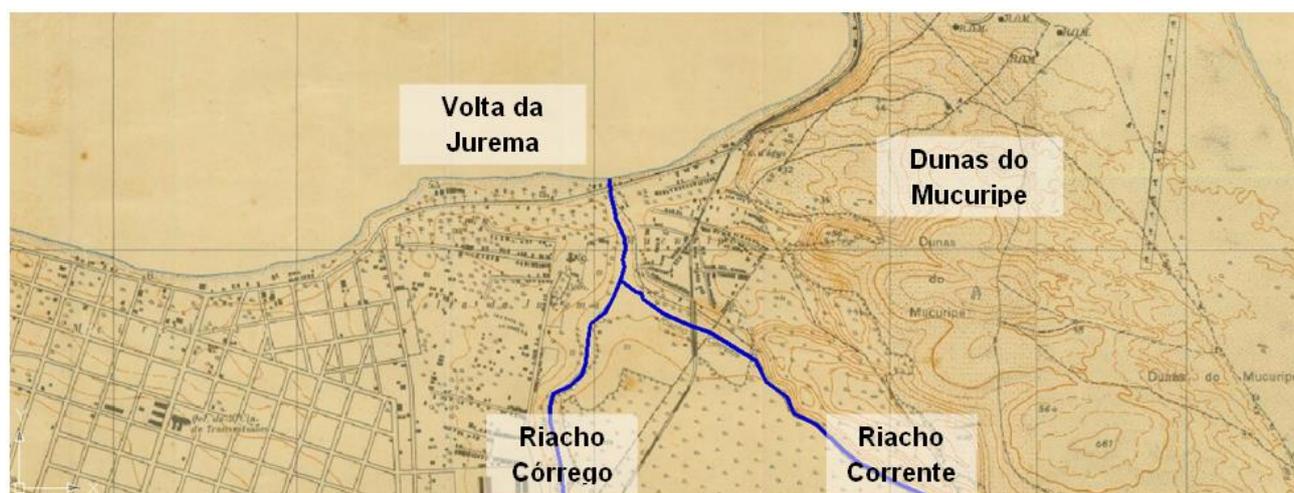


Fig. 12 Mucuripe (1945) – principais recursos hídricos identificados. Fonte: Serviço Geográfico do Exército. Fortaleza: 1945. 1 mapa, color. Escala 1:10.000. Reprodução digital JPG; editada pelo autor (maio.2023).

Na imagem de satélite de 2022 observamos que a região sofreu grande impacto da expansão residencial e hoteleira, com maior intensidade de ocupação a partir da década de 1990 (Fig. 13). Percebemos no Meireles, principalmente na orla marítima, um processo de verticalização, residencial de classe média/alta e de hotéis. As residências de menor escala e populares encontram-se na Volta da Jurema, às margens dos riachos (Comunidade Saporé) e sobre as dunas (Morro Santa Terezinha). É imperceptível a presença das dunas que, como os riachos, também sofrem as pressões urbanas.



Fig. 13 Enseada do Mucuripe (jul.2022) – Principais recursos hídricos. Fonte: Google Earth, 2022, editada pelo autor (maio.2023).

Os riachos são visíveis mas não integrados ao desenho urbano. A desembocadura do Riacho Maceió é uma exceção, já que em 2014 recebeu uma Operação Urbana Consorciada, chamada Parque Bisão⁴. A Operação impulsionou o mercado imobiliário na região da Enseada, atraindo grandes investimentos em “superedifícios”⁵ em construção (Fig. 14) ou em projeto (Fig. 15).



Fig. 14 Trecho do Riacho Maceió– Parque Bisão (jul.2022). Fonte: Google Earth, 2022.

⁴ Homenagem ao arquiteto Otacílio Teixeira Neto (Bisão), falecido (2013).

⁵ Termo utilizado geralmente pela imprensa para se referir a grandes torres que rompem o skyline das cidades (TÉCHNE, 2016).



Fig. 15 Projeto para a Marina de Fortaleza na Enseada do Mucuripe. Fonte: Divulgação apud Marcelo, 2023.

A ÁREA DE ESTUDO 3 (Cajazeiras), na área de expansão sul da cidade (Fig. 06) também vivencia inúmeros contrastes. A região era uma comunidade rural à margem da estrada do século XVII que, passando pela Vila de Messejana, ligava a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção à Vila de Aquiraz, primeira capital do Ceará. Na figura 16 observamos seu casario ao longo da estrada, no sentido noroeste-sudeste e seus recursos hídricos. Todos esses compõem a Bacia do Rio Cocó, alguns alimentando o leito principal, outros, à leste, correm em direção à Lagoa da Precabura. Na Fig. 17 vemos foto do casario original (Nobre, 2021).



Fig. 16 Sítio Cajazeiras (1945) – principais recursos hídricos identificados. Fonte: Serviço Geográfico do Exército. Fortaleza: 1945. 1 mapa, color. Escala 1:10.000. Reprodução digital JPG; editada pelo autor (maio.2023).



Fig. 17 Sítio Cajazeiras (1919). Fonte: Nobre, 2021

Na fig. 18 percebemos as glebas que impedem a integração dos recursos hídricos à paisagem urbana. A Rodovia BR-116 (antiga estrada de Messejana) removeu, na década de 1970, o casario original, rompendo as conexões viárias espontâneas no sentido leste-oeste. Hoje, o bairro Cajazeiras é apenas a porção a oeste da rodovia, sendo sua parte leste inserida nos bairros Cidade dos Funcionários e Parque Iracema. Este último, nome dado ao primeiro loteamento, recebeu a partir do final da década de 1990, novo loteamento denominado Parque Del Sol (Fig. 18 e 19).



Fig. 18 Sítio Cajazeiras (2022) – principais recursos hídricos identificados. Fonte: Google Earth, 2022, editada pelo autor (maio.2023).



Fig. 19 Loteamento Parque Del Sol e entorno (03 jul.2020). Fonte: Google Earth, 2020.

Projetado como “loteamento em condomínio”, o Parque Del Sol promoveu a urbanização das margens de um recurso hídrico⁶ através da sua canalização em concreto armado e do ajardinamento das suas margens. Contudo, a área mantém-se pública por lei e é mantido pela Associação de Moradores (UniParque). Apesar da permeabilidade do solo nas margens, o seu leito, canalizado em concreto, encontra-se poluído devido à precariedade no saneamento básico da região. Quanto ao aspecto identitário, os referenciais arquitetônicos não diferem dos cenários de outras metrópoles. A arquitetura promove a desconexão com o entorno e seja pela verticalização residencial seja pela homogeneização da paisagem a partir do seu tratamento comercial-imobiliário (Fig. 20).

A Porto Freire chegou à marca de
1.000.000
 de m² construídos.

E deixa sua marca no perfil da cidade.

A ousadia e pioneirismo da Porto Freire abriram novos caminhos e grandes espaços para o crescimento de Fortaleza. Antevendo a tendência de expansão da cidade, a empresa investiu maciçamente na região leste, criando um novo pólo de atração imobiliária em rápida e crescente valorização, inclusive decorrente dos investimentos para a Copa 2014.

Os empreendimentos lançados há mais de uma década na Cambéa e, principalmente, o mega projeto Parque del Sol destacaram-se na paisagem urbana, sinalizando a efetiva contribuição da Porto Freire para dar à cidade um perfil moderno e arrojado.

Com 1.000.000 de m² construídos somente em Fortaleza e 514 imóveis entregues em 2011, a Porto Freire consolida uma história de sucesso e deixa sua marca na história do Ceará.

É agraçada para agradecer a seus colaboradores, clientes e fornecedores que tornaram possível tão expressivas conquistas. Em 2012 conte com a Porto Freire para realizar o sonho da sua vida.

PORTO FREIRE
 FAZ DIFERENÇA
 www.portofreire.com.br

Fig. 20 Peça publicitária do promotor imobiliário do loteamento e dos condomínios residenciais. Fonte: Promossel, 2011

⁶ Sua nomenclatura não foi identificada na cartografia consultada. Na aerofotogrametria de 1995 (folha M-15) consta a gleba “Vila Pinheiro” [<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/498-cartografias> Consulta 16/11/2022]

Para além disso, ao percorrermos o recurso hídrico em direção às glebas e aos demais terrenos no entorno, observamos trechos do riacho ao natural ou canalizado, e em alguns trechos impermeabilizado por garagens, além da poluição de suas margens e leito (Fig. 21).



Fig. 21 Riacho sem denominação (03 jul.2020). Fonte: Google Earth, 2020.

3. Reflexões finais: intervenções urbanas e os riscos aos territórios locais

A partir da apresentação da área 1 (Centro), refletimos sobre como a água não é vista como elemento histórico essencial para compreensão da fundação e do desenvolvimento urbano. Diferente do previsto no Plano Herbster, os riachos Pajeú e Jacarecanga ficaram restritos a áreas fechadas (canalizados ou em lotes), sofrendo com a poluição e com a inconsistência legal da sua preservação. A única incorporação à cidade se dá apenas no chamado Parque Pajeú.

Na área 2 (Mucuripe), a comunidade de pescadores e o Riacho Maceió foram desconsiderados no processo de expansão da cidade. Impulsionada pelo desenvolvimento do turismo a partir da década de 1990, essa área recebeu recente projeto de incorporação à cidade, uma parceria público-privada incapaz de contemplar as diversas dimensões do território. A intervenção turístico-imobiliária prioriza o trecho à beira-mar em detrimento das áreas residenciais a sul, não contempladas com urbanização nem regularização fundiária previstas pelo zoneamento especial do Plano Diretor, sofrendo com ameaças de remoções forçadas. As intervenções implementadas revelam as desigualdades socio-espaciais. Há claros contrastes entre as áreas de interesse econômico e as populares.

Na área de estudo 3 (Cajazeiras), as características naturais e culturais originais são substituídas por intervenções rodoviaristas e por loteamentos e urbanizações privatistas que desconsideram a importância dos recursos hídricos e da paisagem local para a memória e para a cultura dos bairros. O território tratado como um sistema sócio-ambiental condicionaria as intervenções; porém, interesses econômicos permeiam as decisões públicas e orientam os investimentos.

O presente artigo levanta assim alguns aspectos do desenvolvimento urbano do século XX e das primeiras décadas do século XXI que agridem a unicidade dos territórios, a partir de transformações que as descaracterizam. Pela metodologia aqui aplicada para o caso de Fortaleza, semelhante a outros casos de ocupação “civilizatória” das cidades brasileiras não abordados neste trabalho, pôde-se observar o passado recente confrontando-o com a situação atual. Por meio dos territórios em frentes d’água selecionados,

percebemos a lógica vigente, caracterizada por um “desenvolvimento” que degrada o território natural e seus elementos antrópicos, mesmo quando em equilíbrio com o meio ambiente.

As pesquisas territoriais têm buscado incorporar a água como elemento ambiental e como elemento simbólico, ligados à memória dos lugares. Para isso, experiências metodológicas que envolvem registros cartográficos e iconográfico podem ser úteis para se construir tais correlações. Diante de inúmeros processos urbanos contemporâneos que proporcionam apagamento físico e simbólicos dos rios, preocupamo-nos não apenas os custos públicos da expansão urbana, mas também os custos imateriais, que precisam ser incorporados à essa equação para se evitar prejuízos às gerações vindouras (Fig. 22).



Fig. 22 As paredes falam no Parque Verde do Mondego (Coimbra, Portugal / 01 abr.2022). Fonte: Acervo pessoal.

Agradecimentos

Esse trabalho é uma contribuição à tese de doutorado do autor ora em desenvolvimento em regime de cotutela na Universidade Presbiteriana Mackenzie e na *Leibniz Universität Hannover*. Agradecemos o apoio a essa pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 – através da CAPES-PROEX (mod. II taxas) e do PDSE – Programa de Doutorado-Sanduiche, no âmbito do projeto CAPES-PrInt “Cidade, Projeto e Equidade”. Alargamos nossos agradecimentos ao Instituto e à Universidade Presbiteriana Mackenzie pelo auxílio inicial de cunho institucional e financeiro por meio de benefício de isenção integral de mensalidades e taxas por deliberação de mérito no processo seletivo.

4. Referências

4.1. Obra completa

ALMEIDA, A. A. (2015). Segregação urbana na contemporaneidade: o caso da Comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

ANDRADE, M. J. (2012). Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). Tese (Doutorado). Universidade São Paulo. São Paulo: USP.

FREIRE, G.R.P. (coord.) (1979). Fortaleza evolução urbana (1603 / 1979). CODEF - Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza: PMF.

JUCÁ, G. N. M. (2000). Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960). São Paulo: Annablume.

MAGNAGHI, A. (1998). Territorial Heritage: a Genetic Code for Sustainable Development, in INURA, *Possible Urban Worlds*, Birkhauser, Basel.

PEQUENO, L. R. B. (org.) (2009). Como anda Fortaleza. Coleção Conjuntura Urbana; v.5. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora / Observatório das Metrôpoles.

PONTE, S. R. (1993). Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha.

REIS FILHO, N. G. (org.) (2000). Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp; Fapesp.

TEIXEIRA, A. C. de A. (2017). Parque Ampliado do Pajeú: uma abordagem *sitespecific* com uso de *locative media*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Cultura e Arte da UFC. Fortaleza: UFC.

4.2. Congressos, conferências e seminários

ALMEIDA, A. A.; SILVA FILHO, E. M. (2021). Arquitetura de Contrastes: a modernização do Mercado dos Peixes do Mucuripe (Fortaleza - CE) e a figura do jangadeiro na cidade contemporânea. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Campina Grande, 10-15 outubro [online] <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78766> (Consulta: 25/09/2022)

4.3. Revistas

BALLESTRIN, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. Universidade de Brasília. n. 11, 89-117.

CASTRO, J. L. (1994). Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. Revista do Instituto do Ceará (Fortaleza). Tomo CVIII, v.108, 351, 43-90.

MEDINA, M. (2016). El paisaje del bajo Río Uruguay, huellas en el territorio. Revista A&P Continuidad de la Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Vol.3, n.5, 191, 104-113.

REBORATTI, C. (2016). Breve ensayo sobre el paisaje. Revista A&P Continuidad de la Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Vol.3, n.5, 191, 56-61.

SABATÉ BEL, J. (2016). Los paisajes y el proyecto territorial: nociones, metodologías y experiencias. Revista A&P Continuidad de la Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Vol.3, n.5, 191, 24-39.

4.4. Fontes documentais e cartográficas

BRASIL (1945). Carta da cidade de Fortaleza e Arredores. Serviço Geográfico do Exército. Reprodução digital JPG [Acervo da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Ceará].

4.5. Fontes eletrônicas

MARCELO. (2023). Marina de Fortaleza deve ter o start em seu projeto autorizado ainda este ano. Portal IN. 22 fev.2023 <https://www.portalin.com.br/negocios/marina-de-fortaleza-deve-ter-o-start-em-seu-projeto-autorizado-ainda-este-ano> (Consulta: 25/03/2023)

MAUC. (2001). Exposição 2001.01 – Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Website do MAUC – Museu de Arte da UFC. Fortaleza: UFC, 14 fev. <https://mauc.ufc.br/pt/exposicoes-realizadas/exposicao-2001-01-imagens-de-vilas-e-cidades-do-brasil-colonial-14-02-2001> (Consulta: 24/10/2022)

NOBRE, L. (2021). Messejana – Quando os caminhos eram veredas. Blog Fortaleza Nobre, 09 out.2021. <http://www.fortalezanobre.com.br/search/label/Estrada%20de%20Messejana?m=0>. (Consulta: 07/09/2022)

PROMOSSELL. (2011). Porto Freire encerra ano com campanha de impacto. Blog da Promosell Comunicação, 21 dez.2011. <https://blogdapromosell.wordpress.com/2011/12/21/porto-freire-encerra-ano-com-campanha-de-impacto> (Consulta: 27/05/2023)